



Número: **0803087-20.2023.8.19.0001**

Classe: **TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE**

Órgão julgador: **4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital**

Última distribuição : **12/01/2023**

Valor da causa: **R\$ 500.000,00**

Assuntos: **Recuperação extrajudicial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
AMERICANAS S.A (REQUERENTE)	RHAYSSA ANTINARELLI CARDOSO CAMPOS (ADVOGADO) PATRICIA FERES TRIELLI (ADVOGADO) FELIPE DE OLIVEIRA GONCALVES (ADVOGADO) FELIPE VIEIRA DE ARAUJO CORREA (ADVOGADO) ANA TEREZA BASILIO (ADVOGADO) JOSE ROBERTO DE ALBUQUERQUE SAMPAIO (ADVOGADO) GABRIEL PINA RIBEIRO (ADVOGADO) CLEBER FELIPE LOPES GALHARDI (ADVOGADO) RAFAELLI MOREIRA CESAR (ADVOGADO)
AMERICANAS S.A. (REQUERIDO)	FATIMA CRISTINA SANTOS FERREIRA (ADVOGADO) SERGIO ZVEITER (ADVOGADO) BRUNO GALVÃO SOUZA PINTO DE REZENDE (ADVOGADO) MARCELO AUGUSTO NUNES FERREIRA (ADVOGADO) RENAN SOARES CORTAZIO (ADVOGADO) MARCIO DO AMARAL RAFFAELE (ADVOGADO) RENATO DE ASSIS TRIPIANO (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
45473030	09/02/2023 18:29	Decisão	Decisão

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca da Capital

4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital

Palácio da Justiça, Avenida Erasmo Braga 115, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20020-903

DECISÃO

Processo: 0803087-20.2023.8.19.0001

Classe: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134)

REQUERENTE: AMERICANAS S.A

REQUERIDO: AMERICANAS S.A.

1. Como pontuado na decisão inaugural proferida nestes autos – id: 42645587 – ainda em sede cautelar antecipatória de Recuperação Judicial, o deferimento de medidas de proteção da empresa, enquanto atividade econômica organizada, ou seja, genuína fonte produtora, indutora de empregos, desenvolvimento social e arrecadadora de divisas para o Estado, não ignorava, como ainda não ignora, as sensíveis e relevantes questões incidentais suscitadas por alguns credores, notadamente instituições financeiras, titulares de expressivo montante de crédito, na ordem de bilhões de reais, em relação às alegações de fraude e má-fé, por parte de administradores/gestores/controladores das sociedades recuperandas, que, por consequência, teriam em algum grau contribuído para a atual crise econômico-financeira que motivou o requerimento de Recuperação Judicial do Grupo Americanas.

As próprias sociedades, tanto na petição inicial da cautelar antecedente – id: 41943505 – quanto no aditamento com o pedido principal de Recuperação Judicial – id: 42587749 – identificam como elemento principal de sua crise econômico-financeira, a insegurança sistêmica – de mercado, de faturamento e de financiamento – surgida a partir da constatação, pela própria Companhia, de uma situação gerencial atípica, denominada “inconsistência contábil”, que, em escala ainda não mensurável, poderá alterar seus índices de endividamento e liquidez:

“...A operação do Grupo Americanas sempre foi saudável, tendo se mantido dessa forma até uma semana atrás, quando a Companhia ainda era vista como uma sociedade sustentável e muito promissora. Porém, por razões inesperadas e que abalaram toda a estrutura do grupo, as Requerentes viram o seu caixa e expectativas de faturamento ruírem em questão de minutos.

Tudo se deu pelo fato de a Companhia ter revelado – ressalta-se, com transparência, coragem e lealdade incomuns –, ao mercado as inconsistências em lançamentos contábeis redutores da conta de “Fornecedores”, realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022 (ID nº 41943913). Ainda é cedo para precisar o que aconteceu e quem são os efetivos responsáveis por esse infortúnio”.

Tal inconsistência contábil foi noticiada através do Fato Relevante apresentado ao mercado em 11 de janeiro do corrente ano, que delimita, ao menos inicialmente, uma divergência contábil de



cerca de R\$ 20 bilhões, com impactos ainda imprevisíveis no balanço patrimonial da Companhia:

“Americanas S.A. (“Americanas” ou “Companhia”), em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44, de 23 de agosto de 2021, vem comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral que foram detectadas inconsistências em lançamentos contábeis redutores da conta fornecedores realizados em exercícios anteriores, incluindo o exercício de 2022. Numa análise preliminar, a área contábil da Companhia estima que os valores das inconsistências sejam da dimensão de R\$ 20 bilhões na data-base de 30/09/2022. A Companhia estima que o efeito caixa dessas inconsistências seja imaterial.

Neste momento, não é possível determinar todos os impactos de tais inconsistências na demonstração de resultado e no balanço patrimonial da Companhia.

Entre as inconsistências mencionadas acima, a área contábil da Companhia identificou a existência de operações de financiamento de compras em valores da mesma ordem acima, nas quais a Companhia é devedora perante instituições financeiras e que não se encontram adequadamente refletidas na conta fornecedores nas demonstrações financeiras de 30/09/2022.

As estimativas acima estão sujeitas a confirmações e ajustes decorrentes da conclusão de trabalhos de apuração e dos trabalhos a serem realizados pelos auditores independentes, após o que será possível determinar adequadamente todos os impactos que tais inconsistências terão nas demonstrações financeiras da Companhia.”

Em decorrência do acolhimento da pretensão cautelar, bem como, posteriormente, do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, diversas acusações foram intentadas em face dos administradores das sociedades e/ou seus acionistas nestes autos, os quais estão sendo objeto de apuração nos órgãos de controle, como, por exemplo, Comissão de Valores Mobiliários, bem como, de persecução criminal, como Ministério Público.

Já consta dos autos, inclusive, informação fornecida pela CVM – id: 43143078 -, sobre a instauração do Processo CVM nº 19957.000413/2023-18, com vistas a analisar os aspectos contábeis (DF/DFP/ITR) decorrentes do referido Fato Relevante, que fundamenta pedido de acesso a estes autos, bem como a eventuais incidentes vinculados ao mesmo.

Sem prejuízo da apuração dos fatos pelas instituições externas, com conseqüente repercussão civil, administrativa e criminal, o exame/análise das questões suscitadas pelos credores em sede de Recuperação Judicial é medida que se impõe, por expressa disposição legal, a ser processada em incidente próprio, na esteira da jurisprudência pátria:

Agravo de Instrumento. Recuperação Judicial. Decisão que determinou a instauração de incidente processual visando apurar eventual fraude contra credores. Garantia Fiduciária. Ações da Braskem. Ilegitimidade da acionista GRAAL, pois apenas credores podem pleitear a anulação do negócio, nos termos do art. 158, § 2º do Código Civil. Possibilidade de atuação do sócio da recuperanda em proveito da comunidade de credores. Não se trata de impugnação de crédito, o que afasta o prazo previsto no art. 8º da Lei 11.101/2005. Ação Pauliana e competência do Juízo Recuperacional. Tumulto processual. Decisão mantida. Recurso não provido. TJ/SP – Agravo de Instrumento nº 2283161-26.2019.8.26.0000 – Voto 25599. RELATOR: ALEXANDRE LAZZARINI – 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial – Julgado em 24/03/2021.

Isso porque a Lei nº 11.101/2005 possui tratamento jurídico específico para os casos em que restarem verificadas práticas de simulação, fraude contra interesse de credores, bem como, operações prejudiciais ao regular funcionamento da empresa, trazendo riscos à manutenção da



atividade econômica, bem jurídico tutelado pela norma.

Se, de um lado, a inobservância dos deveres do administrador da Companhia, de cuidado, dever de informar, diligência e probidade, em ações/omissões, de natureza culposa ou dolosa, não pode constituir óbice ao atingimento dos objetivos principais da Lei nº 11.101/2005, por outro, a proteção conferida pelo microssistema insolvencial não abarca, nem se estende, ao administrador da Companhia, nem com ele se confunde, como bem registra Leonardo de Almeida Sanches:

“A preservação da unidade produtiva passou, então, a ser centro autônomo de interesse da nova lei. O paradigma agora não é mais a proteção do devedor “infeliz e de boa-fé”, mas, sim, o resguardo e o incremento da atividade empresarial, independentemente de quem a exerça, pois é ela a fomentadora de recursos e divisas para a sociedade e todos os demais stakeholders, porquanto geradora de empregos e arrecadadora de tributos, mediante a produção e comercialização de mercadorias e prestação de serviços”. Lei de Falências e Recuperações Judiciais, Estudos sobre as alterações da Lei nº 11.101/2005. Organizadores: Otávio de Paoli Balbino e Márcia de Paoli Balbino. 2022. São Paulo: Ed. Quartier Latin, pág. 191.

Assim, simultaneamente às averiguações já instauradas pelas autoridades competentes, também aqui em sede de Recuperação Judicial, sob a fiscalização desse Juízo Recuperacional, deve-se perscrutar os fatos/conduas descritas pelos credores e o grau de comprometimento das descritas “inconsistências contábeis” e seus reflexos no processo de Recuperação Judicial, inclusive propiciando mais claro ambiente negocial. através de incidente próprio instaurado pela serventia deste Juízo, apenso a este processo principal, para onde também deverão, a partir da presente data, serem direcionadas todas as discussões sobre a matéria, abstendo-se as partes, interessados e credores, de peticionamento neste processo principal sobre a questão, evitando-se tumulto processual e desvirtuamento dos atos processuais para questões satélites, em prejuízo ao rito especial e célere da Recuperação Judicial.

As devidas apurações serão realizadas por auditoria específica e especializada, que deverá apresentar, no incidente, o plano de trabalho e cronograma, requerendo, em complemento, todas as medidas necessárias à efetivação desta decisão, apresentando, ao fim dos trabalhos, relatório pormenorizado e conclusão para análise deste Juízo, tudo sob a fiscalização/coordenação direta da Administração Judicial que funciona neste processo de Recuperação Judicial, a saber: Preserva-Ação Administração Judicial, sob a gestão do advogado Bruno Rezende, e, Escritório de Advocacia Zveiter, sob a gestão do advogado Sérgio Zveiter.

Para tanto, nomeio a empresa Moore Brasil, com endereço na Presidente Vargas nº 290 – 6º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, na pessoa do seu sócio diretor, Carlos Atushi Nakamuta, a qual deverá ser intimada imediatamente para se manifestar sobre o interesse de assumir o encargo e apresentação de proposta de honorários, com a expressa declaração de ausência de impedimento e/ou conflito de interesse. Fica desde logo consignado que os credores financeiros poderão, desde que com justificativa jurídica relevante, apresentar quesitação e indicar Assistentes Técnicos oportunamente.

Extraia-se cópia da presente decisão para compor o incidente a ser instaurado pela Serventia, certificando nestes autos o número do processo secundário para ciência dos interessados.

2. Id. 43228701 – Cuido dos Embargos de Declaração opostos por BTG Pactual Seguros S/A, em face da decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial, constante do ID 42645587, sob alegação de suposta omissão/obscuridade, para que “se declare expressamente que o vencimento antecipado da dívida e a compensação de parte desta, realizada pelo BTG Pactual antes mesmo do ajuizamento pela Americanas da cautelar preparatória da recuperação judicial não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial”.



O art. 1.022 do Código de Processo Civil estabelece que os Embargos de Declaração são cabíveis para saneamento de obscuridade; contradição; omissão e/ou correção de erro material, não se prestando, por consectário lógico, para a reanálise de matéria suscetível de revisão em sede de recurso próprio.

Ao que extrai da decisão embargada, quando do deferimento do processamento da recuperação judicial, este juízo confirmou integralmente a liminar concedida em sede cautelar – id: 42086539 – no sentido de: (a) suspender todas as ações e execuções existentes contra as Requerentes, bem como a exigibilidade dos créditos concursais; (b) sobrestar os efeitos de toda e qualquer cláusula que imponha vencimento antecipado das dívidas das Requerentes, em decorrência do fato relevante publicado em 11.1.2023, inclusive como medida de isonomia para a coletividade de credores e respeito a *par conditio creditorum*; (c) suspender ordens de arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição sobre os bens, oriundas de demandas judiciais ou extrajudiciais, o que deverá ser previamente submetido a este Juízo, sobretudo se puderem prejudicar ou inviabilizar o processo de recuperação judicial das Requerentes; e (d) proibir a compensação de quaisquer valores, com a imediata restituição de todo e qualquer valor que os credores eventualmente tiverem compensado.

Tal decisão, por fim, ressalta a necessidade de se observar integralmente todas as decisões superiores proferidas em sede de recurso interposto por credores, notadamente a liminar concedida no Mandado de Segurança nº 0001758-09.2023.8.19.0000, impetrado pela instituição financeira pertencente ao grupo empresarial da sociedade Embargante.

Certo é que, por disposição literal do art. 6º da Lei nº 11.101/2005, a decisão de processamento da Recuperação Judicial, determinou também a suspensão de todas as ações e execuções contra as requerentes, permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º da Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 da Lei 11.101/2005.

Ato contínuo, no item 4, a decisão de processamento fez constar a ressalva que, para as exceções previstas no art. 193-A do mesmo diploma legal, deve-se considerar a data do ajuizamento da medida cautelar que antecedeu o pedido principal. Por óbvio que tal ressalva de aplica à determinação liminar contida no item “2” da supracitada decisão.

Vale dizer: credores que se enquadrem na situação prevista no artigo 193 e 193-A da Lei nº 11.101/2005 não estão abarcados pela vedação trazida pela decisão liminar ou mesmo pela confirmação desta quando do deferimento do processamento da Recuperação Judicial. Nessa trilha, os contratos que demonstrem a natureza dos seus créditos e o enquadramento nas exceções previstas nos referidos dispositivos não de estar sob o manto da exceção legal.

Impende ressaltar que eventuais discussões pontuais acerca da subsunção ou não de determinada hipótese (ou determinado contrato) a marco legal de exceção não terão lugar neste feito principal, conforme alertado no item 12 do despacho de deferimento do processamento (id.42645587)

Pelo exposto, acolho os Embargos de Declaração opostos por BTG Pactual Seguros S/A., apenas para integrar na r. decisão as considerações acima destacadas.



RIO DE JANEIRO, 9 de fevereiro de 2023.

PAULO ASSED ESTEFAN
Juiz Titular



